



**MESTRADO PROFISSIONAL EM PODER LEGISLATIVO**  
**AUTOAVALIAÇÃO – QUADRIÊNIO 2021-2024**  
**ANÁLISE DAS DISSERTAÇÕES POR LINHA DE PESQUISA**  
**RELATÓRIO TÉCNICO**

**Coordenador:** Fabiano Peruzzo Schwartz

**Área Básica:** Ciência Política

**Área de Avaliação:** Ciência Política e Relações Internacionais

**Modalidade:** Profissional

**Nota da avaliação CAPES - Quadriênio 2017-2021: 5 (pontuação máxima para Mestrado Profissional)**

- **Relatório técnico**  
Márcia Ayres Gil Lemos Tanno
- **Revisão e aprovação do texto**  
Fabiano Peruzzo Schwartz



## Introdução

O Mestrado Profissional em Poder Legislativo (MPPL) da Câmara dos Deputados, primeiro e único mestrado profissional voltado exclusivamente para a formação de mestres em Poder Legislativo, foi reconhecido pela Portaria/MEC n. 1.331, de 2012. O curso iniciou suas atividades no primeiro semestre de 2013 e tem como propósito preparar profissionais no campo dos estudos legislativos, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, na forma presencial ou a distância, visando ao fortalecimento institucional do Poder Legislativo.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) é fundação pública vinculada ao Ministério da Educação e tem entre suas atribuições a de subsidiar esse órgão na formulação de políticas para a pós-graduação *stricto sensu* e avaliar os cursos deste nível com foco na qualidade da formação de doutores e mestres e na excelência do ensino superior no país (Lei n. 8405, de 1992 e Decreto 11.238, de 2022).

A avaliação dos programas *stricto sensu* é realizada em período quadrienal. No período avaliativo correspondente aos anos de 2017 a 2020, o MPPL alcançou o conceito 5 na avaliação da Capes, a nota mais alta para mestrados profissionais! Ao completar 10 anos o MPPL já formou 125 mestres, conforme dados atualizados até 31/12/2022.

A produção científica tem um relevante papel no conjunto das atividades acadêmicas, pois é a partir dela que o conhecimento é difundido e democratizado. O Plano de ações estratégicas do PPG-Cefor (2021-2024)<sup>1</sup> estabelece como um dos eixos principais das ações estratégicas o “Melhoria contínua no processo de avaliação de TCCs”. Nessa linha, fica evidenciada a importância da autoavaliação direcionada aos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).

Assim, o estudo proposto visa a produzir diagnóstico com a identificação de potencialidades e a detecção de elementos frágeis. Além disso, pretende-se verificar se os objetivos do Programa estão sendo alcançados e se o uso dos resultados das avaliações precedentes foi satisfatório para melhorar a qualidade acadêmica.

## Linhas de Pesquisa

O MPPL tem como missão e principal objetivo prover a educação legislativa e prover a Câmara dos Deputados com profissionais qualificados com habilidades de pesquisa e de produção de conhecimento no campo dos estudos legislativos, capazes de intervir efetivamente em problemas complexos da instituição, por meio de práticas avançadas,

---

<sup>1</sup> Publicado na página da Pós-Graduação em <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodo-avaliativo-2021-2024>>. Acesso em 22 mar. 2023



inovadoras e transformadoras dos processos de trabalho, contribuindo para o fortalecimento da democracia e suporte às demandas da sociedade.

A seguir, indicamos as linhas de pesquisa do Programa.

### **1) Gestão Pública no Poder Legislativo**

Propõe-se a estudar a burocracia pública como elemento relevante na construção da democracia. Nesse sentido, cabem, por um lado, estudos relativos à gestão da burocracia do Poder Legislativo em suas várias dimensões (estratégia, pessoas, processos, tecnologias, finanças, segurança, espaço físico, infraestrutura e outras). Por outro lado, cabem ainda estudos relacionados ao papel do Legislativo no monitoramento, fiscalização e avaliação da burocracia do Executivo na condução de políticas públicas.

### **2) Processos Políticos do Poder Legislativo**

Dedica-se a compreender o Legislativo dentro da tripartição clássica dos poderes e do exercício político que lhe dá existência. Dessa maneira, a linha se ocupa de três grandes funções tradicionalmente relacionadas ao Legislativo: a função legiferante, presente no processo legislativo e nas diversas fases da elaboração e apreciação das leis, a função de controle e fiscalização da administração pública em relação ao funcionamento do Estado; e a função de representar a sociedade que faz parte do Legislativo.

### **3) Política Institucional do Poder Legislativo**

Tem como campo de estudo os saberes e as práticas que as casas legislativas elaboram e disseminam sobre o Legislativo. Estratégias de ampliação e/ou melhoria da participação e da representação políticas merecem destaque, bem como as ações pedagógicas realizadas pelo Parlamento, em suas vertentes informativas e comunicativas.

## **Considerações iniciais**

Como parte da Política de Autoavaliação do MPPL, especificamente quanto à análise dos assuntos que correspondem a produção acadêmica, este relatório baseia-se nas informações apresentadas pelos orientadores dos alunos que defenderam os TCCs no período de 1/1/2022 a 31/12/2022, totalizando 11 (onze) pesquisas, conforme discriminado no Anexo I.

O desenvolvimento deste trabalho se deu pela aplicação de formulário eletrônico, utilizando a ferramenta Google drive, com o objetivo de obter a percepção do docente orientador quanto às temáticas abordadas nos TCCs. A partir disso, apresentamos a seguir os resultados.

## **Desenvolvimento**

Tomando por referência as linhas de pesquisa do Programa, as principais temáticas identificadas nos TCCs foram as seguintes:

### **1) Gestão Pública no Poder Legislativo**



- Burocracia e eficiência
- Espaço físico
- Gestão da tecnologia e da informação
- Governança
- Orçamento e finanças
- Políticas públicas
- Recursos humanos / gestão de pessoas
- Segurança institucional

## 2) Processos Políticos do Poder Legislativo

- Atuação da sociedade no Legislativo
- Controle e Fiscalização do Estado
- Discurso Político
- Funções constitucionais do Poder Legislativo
- Função legiferante
- Processo eleitoral
- Processo legislativo
- Relação entre poderes

## 3) Política Institucional do Poder Legislativo

- Comunicação (Rádio Câmara, TV Câmara, mídias sociais)
- Educação
- Informação
- Representação e participação política
- Transparência

Além dessa classificação inicial, os professores indicaram novas temáticas a partir das respectivas orientações dos trabalhos.

Quadro 1 – Novas temáticas indicadas pelos orientadores

Linha 1	Comportamento parlamentar
	Gestão pública legislativa
Linha 2	Geografia política do voto
Linha 3	Conexão eleitoral
	Parlamento e sociedade, parlamento e cidadão

Fonte: Questionário respondido pelos orientadores.

Essas informações serão avaliadas nas próximas ações de categorização dos TCCs, com a possibilidade de serem criados subtemas dentro de uma mesma temática ou de serem os tópicos agregados dentro de uma linha de pesquisa.



## Resultados

A distribuição por linha de pesquisa dos 11 (onze) TCCs objeto deste estudo está representada no Quadro 2.

Quadro 2 – TCCs por linha de pesquisa informada (1/1/2022 a 31/12/2022)

<b>Linha de pesquisa informada</b>	<b>Total de TCCs</b>	<b>Percentual aproximado (%)</b>
Linha 1	1	9%
Linha 2	8	73%
Linha 3	2	18%
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100%</b>

Fonte: Questionário respondido pelos orientadores.

Com o objetivo de fazer uma análise comparativa, indicamos no Quadro 3 os quantitativos do período avaliativo anterior (ano de 2021).

Quadro 3 - TCCs por linha de pesquisa informada (11/11/2020 a 31/12/2021)

<b>Linha de pesquisa informada</b>	<b>Total de TCCs</b>	<b>Percentual aproximado (%)</b>
Linha 1	4	24%
Linha 2	7	41%
Linha 3	6	35%
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>100%</b>

Fonte: Relatório de Autoavaliação – Análise das Dissertações por Linha de Pesquisa (2021)<sup>2</sup>.

Verifica-se a predominância de pesquisas em “Processos Políticos do Poder Legislativo” (Linha 2) nos dois períodos de autoavaliação indicados nos quadros 2 e 3.

Na sequência, outros aspectos serão abordados e classificados por tópicos.

### Tópico I – Adequação do TCC com a linha de pesquisa

O Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados tem como objeto de estudo o Poder Legislativo. As linhas de pesquisa propostas objetivam estimular a análise crítica do processo legislativo e das práticas que as casas legislativas elaboram e disseminam, em suas dimensões organizativa, funcional, política e institucional, sendo oportuno destacar que existe integração entre os temas.

<sup>2</sup> Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodo-avaliativo-2021-2024> >. Acesso em 27 mar. 2023.



Nesse contexto, é natural que o trabalho de pesquisa transpasse as linhas temáticas. Neste tópico de análise o objetivo é verificar se durante a elaboração da pesquisa a área de concentração do pré-projeto apresentado pelo docente seguiu um caminho linear.

Com esse propósito, identificamos 2 (dois) TCCs cuja temática predominante está dissociada da linha defendida no pré-projeto apresentado no processo seletivo. Em termos percentuais, isso significa 18%, número inferior ao evidenciado no último relatório de autoavaliação de 2021, que atingiu um percentual de 29% de pesquisas nessa condição.

## **Tópico II – Adequação da linha de pesquisa dos TCCs com a área de concentração do orientador**

O corpo docente está composto por profissionais permanentes e colaboradores que são alocados nas linhas do Programa de Mestrado de acordo com suas especializações e campos de pesquisa e conhecimento. Sabe-se que o orientador tem papel relevante na vida acadêmica do mestrando, na medida em que contribui para a elaboração do projeto de pesquisa, ajuda no refinamento da metodologia, identifica as dificuldades e atua como guia na escolha e desenvolvimento de disciplinas e atividades.

Por esses motivos, a correspondência dos TCCs com a linha de pesquisa do orientador é recomendável. Após análise das pesquisas objeto deste relatório e indicadas no Anexo I, verifica-se que apenas 1 produção acadêmica não guarda correlação com a linha de pesquisa do orientador que acompanhou o discente na elaboração da dissertação, quantitativo que corresponde a 9% do total de 11 (onze) trabalhos examinados.

Com o objetivo de fazer uma análise comparativa sobre o assunto, verificamos os quantitativos de TCCs dos egressos do curso MPPL até dezembro de 2022 em relação aos TCCs não aderentes à linha do orientador, conforme dados apresentados no Quadro 4.

Quadro 4 – Análise comparativa – percentual de TCCs não adequados à linha do orientador

<b>Período avaliativo</b>	<b>Total de TCCs analisados</b>	<b>TCCs não aderentes</b>	<b>Percentual TCCs não adequados à linha do orientador (%)</b>
2013/2018	53	14	26%
2018/2019	21	7	33%
2020	23	5	22%
2021	17	6	35%
2022	11	1	9%

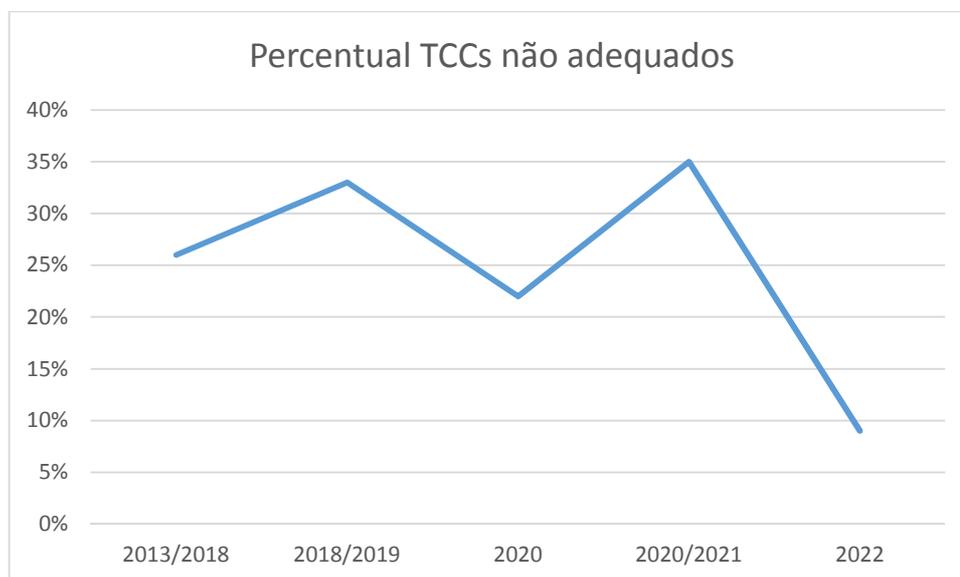
Fonte: Relatórios de Autoavaliação publicados na página do Programa

Constata-se uma redução significativa de incidência de TCCs não aderentes à linha do orientador para o estudo atual.

A seguir apresentamos gráfico com o objetivo de melhor visualizar os resultados apresentados no Quadro 4.



Figura 1 – Percentual de TCCs não adequados



Fonte: Autora

A análise comparativa com os dados precedentes evidencia que o MPPL atingiu o objetivo de os TCCs terem, prioritariamente, correspondência com a linha de pesquisa do orientador.

### Tópico III – Tempo de conclusão de curso do discente

Como dito, o Planejamento Estratégico 2021-2024 estabelece como um dos eixos principais das ações estratégicas o corpo discente e os trabalhos de conclusão. Dessa forma, além da análise do impacto e adequação dos TCCs, merece atenção o tempo que o aluno utiliza para a conclusão do mestrado. O Regimento do Mestrado Profissional em Poder Legislativo (Ato da Mesa n. 54, de 2015) estabelece o prazo de dois a cinco semestres (12 meses a 30 meses)<sup>3</sup> para a finalização do curso.

O tempo médio de conclusão de curso dos alunos avaliados neste estudo é de 23,33 meses. Esse prazo sofreu impacto com a situação excepcional da Covid 19 para os discentes da turma de 2019, que foram autorizados pelo Colegiado do Mestrado a estender o prazo de conclusão em 3 meses, com fundamento na Portaria/CAPES n. 55, de 2020.

Com o objetivo de ter um panorama dissociado da excepcionalidade da Covid, fizemos uma outra análise com a exclusão dessas ocorrências (total de 3). Como resultado, o tempo médio de conclusão se alterou para 22,56 meses - tempo inferior ao de 29,45 meses evidenciado no último relatório de autoavaliação de 2021<sup>4</sup>.

A Portaria/Capes n. 155, de 2022, que dispõe sobre o programa de desenvolvimento

<sup>3</sup> Art. 33. O discente deve concluir o Curso de Mestrado Profissional em Poder Legislativo em não menos que 2 (dois) e não mais que 5 (cinco) semestres letivos.

<sup>4</sup> Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodo-avaliativo-2021-2024>>. Acesso em 27 mar. 2023.



da pós-graduação, estabelece no art. 15<sup>5</sup> que a duração máxima da concessão de bolsas de mestrado é de 24 (vinte e quatro) meses. No contexto da portaria, é desejável que o curso de mestrado seja concluído dentro desse prazo, sendo que os alunos que defenderam os TCCs no período aqui analisado atingiram esse objetivo. Há que se destacar que tais bolsas de estudo não se aplicam a programas inseridos em escolas de governo. Portanto, o referencial de 24 meses não tem efeitos práticos no MPPL.

## **Análise e considerações**

O mapeamento das produções acadêmicas demonstrou baixa incidência de achados de TCCs com temática dissociada da linha defendida no pré-projeto e da área de concentração do orientador.

Com o propósito de promover análise reflexiva, observa-se que as produções acadêmicas são, na sua maioria, de alunos que foram selecionados para o MPPL no processo seletivo com regras que vincularam o pré-projeto à temática, linha de pesquisa e orientador específico (subitem 9.1, alínea “d” do edital/Cefor n. 7, de 2019)<sup>6</sup>.

Essas alterações são o reflexo do processo de autoavaliação com produção de diagnósticos. No relatório de análise das temáticas de TCCs do ano de 2020, a perspectiva era a de que os alunos ingressantes a partir das alterações do processo seletivo já citado mantivessem a aderência à linha de pesquisa original e a correlação do TCC com a temática do orientador. No presente estudo, constata-se o alcance do objetivo pretendido.

Como visto neste estudo, a Linha 2 foi a que obteve um maior número de pesquisas defendidas (73%). Entre as temáticas mais recorrentes dessa linha destacamos: relação entre poderes, função legiferante e processo legislativo.

Outro ponto que merece destaque é o tempo médio de conclusão do curso dentro do período esperado de 24 meses (Tópico III).

Ante o exposto, verifica-se a presença de pontos fortes e a certeza de que o processo de autoavaliação é ferramenta útil e eficaz na produção de resultados favoráveis, na reflexão sobre a percepção de aspectos vulneráveis e na estratégia de ação.

## **Conclusão**

Com esse trabalho, fizemos um panorama investigativo dos TCCs defendidos no período de 1/1/2022 a 31/12/2022 no âmbito do Mestrado Profissional em Poder Legislativo.

---

<sup>5</sup> Art. 15. A duração máxima ordinária das bolsas de mestrado e doutorado será de 24 (vinte e quatro) meses e de 36 (trinta e seis) meses, respectivamente.

<sup>6</sup> 9.1. O Pré-Projeto de pesquisa deverá: (...)

d) constar, na capa, o nome do(a) candidato(a), o título do pré-projeto, a linha de pesquisa, a temática a ser desenvolvida e o orientador pretendido, conforme disposto no Quadro de Orientadores por Linha de Pesquisa, constante do Anexo I deste Edital, sendo que as demais páginas não devem conter identificação do autor.

Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-poder-legislativo/processo-seletivo>; >. Acesso em 27 mar. 2023.



A busca constante pela qualidade da produção científica dos programas de pós-graduação é sinalizada nos mecanismos de avaliação quadrienal da Capes, em cujas fichas de avaliação o impacto e adequação dos TCCs é item relevante.

Nessa perspectiva, pretendemos avançar no Projeto de Avaliação de Impacto dos TCCs e promover estudo qualitativo dos trabalhos. Com esse propósito buscamos avaliar as seguintes diretrizes estabelecidas no Plano e ações estratégicas do PPG-Cefor (2021-2024)<sup>7</sup>: foco na relevância socioeconômica da produção científica; suporte à concepção, monitoramento e avaliação de políticas públicas; avaliação sistemática das ações de ensino, pesquisa e extensão e o alinhamento às diretrizes estratégicas institucionais.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodo-avaliativo-2021-2024>>. Acesso em 27 mar. 2023.



## ANEXO I

Trabalhos de Conclusão de Curso finalizados no período de 1/1/2022 a 31/12/2022.

Linha original	Dissertação	Aluno/Orientador	Turma	Temáticas levantadas
2	GEOGRAFIA DO VOTO E PRODUÇÃO LEGISLATIVA DOS DEPUTADOS FEDERAIS DA 56ª LEGISLATURA	Diego de Oliveira Machado/ Ricardo Chaves de Rezende Martins	2019-2	Linha original: Função legiferante e Processo eleitoral
2	Motivação, Expectativas e Realidade dos Senadores que Avaliam Políticas Públicas	João Thiago Almeida Stilben/ Fabio de Barros Correia Gomes	2019-2	Linha 1: Políticas públicas
2	INICIATIVA POPULAR E QUALIDADE DA DEMOCRACIA: O caso do projeto "Câmara Mais Barata" na Câmara Legislativa do Distrito Federal	Rodrigo King Lon Chia/Ricardo de João Braga	2019-2	Linha original: Atuação da Sociedade no Legislativo e Função legiferante Linha 3: Representação e participação política
2	O VETO LEGISLATIVO E O CONTROLE PARLAMENTAR NO BRASIL: Uma análise sobre a utilização deste mecanismo, sob a égide da Constituição Federal 1988	Anna Gabriella Moraes Santana/Renon Pessoa Fonseca	2021-1	Linha original: Funções Constitucionais do Poder Legislativo, Relação entre poderes e Controle e fiscalização do Estado
2	REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ COMENTADO	Caio Garcia da Silveira/ André Rehbein Sathler Guimarães	2021-1	Linha original: Função legiferante e Processo legislativo
2	COTA PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE PARLAMENTAR: Atuação parlamentar e conexão eleitoral na Câmara dos Deputados	Érica Maria Paulino Paiva/ Ricardo Chaves de Rezende Martins	2021-1	Linha 3: Representação e participação política
3	PROGRAMA DE VISITAÇÃO INSTITUCIONAL AO CONGRESSO NACIONAL: Uma experiência de educação para a democracia	Heverson de Santana Gonçalves/ Antonio Teixeira de Barros	2021-1	Linha original: Representação e participação política Linha 1: Espaço físico Linha 2: Atuação da sociedade no legislativo
1	APOSENTADORIA DO SERVIDOR COM DEFICIÊNCIA: Estudo comparado dos processos administrativos de concessão no Senado Federal e na Câmara dos Deputados	Kelly Viviane da Silva/Roberto Campos da Rocha Miranda	2021-1	Linha original: Burocracia e eficiência e Recursos humanos e gestão de pessoas Linha 3: Informação
2	AGENDA LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E AS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO: Uma análise sob a ótica do neo-institucionalismo	Leonardo Discacciati do Prado Gomes/ Fabio de Barros Correia Gomes	2021-1	Linha original: Processo Legislativo e Relação entre poderes
2	CARTEL LEGISLATIVO E PATRONAGEM: Estudo de caso sobre a formalização da Liderança da Maioria no contexto da proliferação de cargos políticos na Câmara dos Deputados	Lucas Cordova Machado/Ricardo de João Braga	2021-1	Linha original: Processo Legislativo e Relação entre poderes Linha 1: Burocracia e eficiência Linha 3: Representação e participação política



3	RADIOAGÊNCIA CÂMARA: Mapeamento e análise da rede de emissoras que retransmitem o conteúdo da Rádio Câmara	Verônica Lima Nogueira da Silva/ Claudia Regina Fonseca Lemos	2021-1	Linha original: Comunicação (Rádio Câmara, TV Câmara, mídias sociais)
---	--	--	--------	---